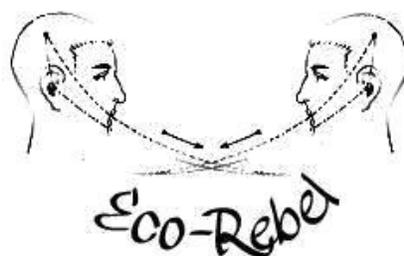


Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 06, n. 01, p. 24-40, 2020.



REVENDO O PROJETO DA LINGUÍSTICA

Alexander Kravchenko (Irkutsk State University, Sibéria, Rússia)

Resumo: Argumenta-se que os pressupostos fundadores da linguística ortodoxa não devem ser aceitos como válidos uma vez que estão baseados no dualismo cartesiano, que impede uma compreensão holística da cognição como fenômeno biológico. Conseqüentemente, muito do que o pensamento linguístico ortodoxo tem como verdades sobre a língua (e a cognição) não passa de mitos que nunca foram (e parecem não ser) validados empiricamente. Identifica-se uma mudança ideológica na ciência cognitiva contemporânea que consiste em assumir uma postura holística (bio-sócio-cultural) sobre a língua e a cognição. A base epistemológica para essa mudança é provida pela autopoiese como uma teoria do ser vivo que abre novas perspectivas sobre o estudo da capacidade cognitiva humana.

Palavras-chave: Linguística ortodoxa. Dualismo cartesiano. Holismo. Abordagem bio-sócio-cultural. Autopoiese.

Abstract. It is argued that the foundational assumptions of orthodox linguistics may not be accepted as tenable since they are rooted in Cartesian dualism, which precludes a holistic understanding of cognition as a bio-logical phenomenon. As a result, much of what orthodox linguistic thought holds as truths about language (and cognition) is nothing but myths that have never been (and may not be) empirically validated. A general ideo-logical shift in contemporary cognitive science is identified, which consists in taking a holistic (bio-socio-cultural) stance toward language and cognition. The epistemological basis for this shift is provided by autopoiesis as the theory of the living, which opens new perspectives in the study of human cognitive powers.

Key words: Orthodox linguistics. Cartesian dualism. Holism. Bio-socio-cultural approach. Autopoiesis.

1.0 problema da linguística ortodoxa

ECO-REBEL

A linguística como estudo científico da língua e da comunicação tem uma longa história. O estudo da língua precede não só outras áreas como filosofia, matemática ou física, mas, de fato, ele é a ciência principal, uma vez que a língua é uma pré-condição para a ciência, tanto histórica quanto logicamente. O que é mais, como Harris (2005) mostrou de modo convincente, a própria ciência é um construto da língua, mantido mediante uma semântica idiossincrática com o fito de lhe atribuir credibilidade: a ciência é um construto da língua porque os cientistas impõem sua língua no que assumem estar aí para ser nomeado pela língua.

O papel da língua na vida dos seres humanos é de suma importância. No entanto, se perguntarmos “Que efeitos notáveis o estudo da língua durante dois milênios produziu na *poiesis* e *teoria* humanas diferentes da *praxis*¹ (no sentido aristotélico)?”, a resposta será, para todos os efeitos práticos, “Não há nada para comentar” – diferentemente do que se passa na física, na química, na biologia ou na ciência da computação, para mencionar apenas umas poucas.

Historicamente, o incentivo para o estudo da língua foi dado por duas tarefas práticas resultantes de contatos interculturais cada vez mais numerosos – *aquisição de língua estrangeira* e *tradução*. Acredita-se ter G. Bruno asseverado, “toda a ciência emergiu da tradução” (YATES, 1934, p. 89). No entanto, até o momento os linguistas ainda não apresentaram uma metodologia eficiente para tratar do primeiro problema; quanto à tradução, continua sendo um tipo de belas artes que escapa à algoritmização. A tradução automática, como almejado projeto da ciência cognitiva de primeira geração, com seus fundamentos expressos na metáfora “pensar é metáfora”, continua sendo um projeto e como a melhor maneira de se aprender uma língua estrangeira, inigualada por quaisquer métodos que os linguistas poderiam apresentar, continua sendo uma imersão cultural.

Um outro problema que até agora continua sem solução é a *aquisição de primeira língua*. Como observado por Jackendoff (1994, p. 26), “uma comunidade inteira de profissionais altamente qualificados, com anos de atenção consciente e compartilhamento de informação, tem sido incapaz de reproduzir o que toda criança normal de aproximadamente dez anos faz inconscientemente e sem ajuda”². Mas, por que “profissionais altamente treinados” replicam o feito da aquisição de primeira língua pela criança? Seria o caso de os fundamentos epistemológicos da linguística não chegarem a explicar a natureza intrínseca da língua? Será que “profissionais altamente treinados” têm feito algo que tenha muito pouco a ver com a língua natural como um fenômeno empírico, mas tudo a ver com o que *pensam* que seja a língua? Afinal, o que é língua?

ECO-REBEL

Como nós “fazemos coisas com palavras”, achamos que a língua é uma espécie de atividade para expressar pensamentos: “o papel principal da língua é expressar pensamentos. Adicionalmente, ela tem pelo menos estes dois papéis: explicar o comportamento e nos informar sobre o mundo. Os significados são as propriedades que possibilitam exercer esse papel” (DEVITT; STERELNY, 1999, p. 5). Os significados são “propriedades” das palavras, de modo que o estudo do significado está no âmago da ciência linguística dedicado à língua como um sistema de signos “para expressar e comunicar pensamentos”. Como Jackendoff (2002, p. 267) assinalou, o significado é o “santo graal” não apenas da linguística, mas também da filosofia, da psicologia e da neurociência. No entanto, a seguinte observação de Zlatev (2003, p. 253) é indubitavelmente verdadeira:

Nossa concepção de *significado* tem se tornado cada vez mais fragmentada, como muitas coisas mais na ‘pós-modernização’ da nossa visão de mundo. Há profundos fossos entre diferentes tipos de teorias do significado: mentalista, behaviorista (neural) reducionista, (social) construtivista, funcionalista, formalista, computacionalista, deflacionista Esses fossos são tão profundas que parece impossível um debate racional entre as diferentes hostes. O conceito é tratado não apenas de modo diferente, mas de modo incomensurável no interior das diferentes disciplinas.

Pois bem, não parece estranho que a disciplina nuclear da área das ciências da língua não seja nada mais do que um amontoado aleatório de teorias que levam a feudos entre autores e seguidores? Essa situação não poderia ser interpretada como indicação de que simplesmente não há uma teoria abrangente? E, se aceitamos essa assunção, podemos realmente falar da linguística como o “estudo científico” da língua?

Até o presente momento a linguística não conseguiu juntar de modo não contraditório os dois conceitos de língua, língua como sistema de signos presumivelmente para representar o conhecimento (“expressar pensamentos”) e língua como atividade comunicativa para, presumivelmente, “explicar o comportamento e informar sobre o mundo”, ou seja, para trocar informação. Eu digo ‘presumivelmente’ porque essas duas concepções de língua refletem crenças comumente compartilhadas que *não foram validadas empiricamente*. Por exemplo, na comunicação, o conhecimento – especialmente o conhecimento compartilhado social e culturalmente – em geral é tido como autoevidente; ele é pressuposto e, portanto, *não* expresso em palavra ou em texto (DIJK, 2006). Nós acreditamos que os signos linguísticos “representam” algo

ECO-REBEL

(como o conhecimento) porque têm significados, mas não sabemos o que é significado nem como signos “representam”. Por outras palavras, não há uma teoria unificada para explicar significado e representação. Nós que fazemos inventários de signos linguísticos (dicionários) e regras para combiná-los (gramáticas prescritivas) capacitamos os falantes de uma língua a aprender uma outra mediante o uso de manuais apropriados. Porém, aqueles que têm a experiência necessária argumentarão que, com raras exceções, isso é simplesmente impossível. Colocar essas observações mundanas é dar por resolvida a questão “O que está errado com a linguística como ciência? Será que ela foi desvirtuada por crenças errôneas sobre seu objeto?”

Está ficando cada vez mais óbvio que a linguística tradicional em geral, e a semiótica linguística em especial, são em grande parte responsáveis pela ausência de progresso real no estudo da língua natural como um fenômeno natural. O problema da linguística em geral, especialmente seu ramo que era chamado de gramática gerativa, é cometer o erro bayesiano de ignorar os próprios precursores ao tentar estabelecer o lugar da linguística entre as ciências empíricas³. Em um número especial de *The Linguistic Review* dedicado aos *status* da linguística como uma “ciência cognitiva”, por exemplo, foi asseverado que “nos 50 anos precedentes a linguística se estabeleceu progressivamente como uma disciplina genuinamente científica” (BOECKX, PIATELLI-PALMARINI, 2005, P. 447). O que é mais, argumentou-se que, uma vez que a língua pode ser proveitosamente estudada como um objeto natural, “seu estudo deveria compartilhar os caminhos evolutivos, os pressupostos e o estilo explanatório da maioria das ciências naturais bem-sucedidas, culminando com a física teórica” (*ibidem*, p. 462). No entanto, mesmo tendo a revolução chomskiana dos anos 1950 de fato tornado a linguística um ramo da ciência cognitiva, isso não fez da gramática gerativa o único arcabouço legítimo para o estudo da língua. A própria ciência cognitiva extrapolou de longe os pressupostos gerativistas sobre a natureza da cognição em geral e a língua em particular, ao propor novos princípios epistemológicos fundacionais e aplicar novas abordagens no estudo empírico das habilidades cognitivas humanas. Tem havido muita discussão entre os gerativistas sobre o papel da linguística na ciência cognitiva, cujo objetivo principal é entender como a mente funciona, ou, como Pylyshin (1999) disse, entender “o que há em nossa mente”. Porém, a famosa asserção gerativista de que “pensar é computar” e de que a mente é uma “máquina sintática” para implementar essa computação, que a língua “está na mente” e, portanto, é uma propriedade dela, uma espécie de órgão mental (ANDERSON; LIGHTFOOT, 2002) que se

ECO-REBEL

desenvolve naturalmente no indivíduo biologicamente normal com base em estímulo linguístico externo limitado, é uma asserção que dificilmente poderia ser levada a sério hoje em dia.

Quanto ao chamado à linguística para seguir a trilha evolutiva, os pressupostos e estilo explanatório da física teórica, parece não só inadequado, mas defasado. Inadequado porque, se a física teórica é mais bem representada pela física quântica, então o estilo explanatório da última sendo adotado pelas ciências da linguagem levaria inevitavelmente à conclusão de que nada é determinado, Princípios e Parâmetros ou não, e que tudo é ao mesmo tempo algo diferente. Isso é exatamente o que os gerativistas têm sempre dito que é ridículo. Defasado porque a pesquisa atual sobre a natureza e a função do conhecimento humano começa pela asserção de que a língua é anterior à ciência. A linguística simplesmente não pode seguir o caminho da evolução das ciências naturais porque elas próprias se desenvolveram juntamente com o desenvolvimento da língua, especialmente em sua forma escrita, que veio à tona, entre outras coisas, para o fim específico de servir à ciência em sua busca pelo conhecimento do mundo.

Bem, qual é o problema da semiótica linguística? Há uma forte tradição nos estudos semióticos de considerar os signos como entidades artificiais, convencionais e arbitrárias adrede produzidas pelos humanos para a comunicação, entendida esta como troca de significados codificados. Esses significados codificados (ou, “conteúdo mental”, “pensamentos”, “conhecimento abstrato”, “proposições complexas”, “estrutura conceptual” etc.) são atribuídos a entidades materiais específicas (“formas de signo” ou “veículos de signos”) a fim de ser levados da cabeça do falante à do ouvinte através de algum meio (fala, escrita ou sinalização) – logo, o chamado “modelo de código” de comunicação baseado na “metáfora do conduto” (REDDY, 1979). A comunicação, como uma atividade dialógica baseada no físico torna-se, neste contexto, algo superficial e irrelevante. Como resultado, o comportamento linguístico (languageamento ‘*linguaging*’) é abstraído do contexto físico de sua ocorrência espaço-temporal. Assim, não é de estranhar que tanto a linguística gerativa quanto as teorias representacionais clássicas do significado tenham pouco a oferecer para explicar o que é a língua viva real. Citando Harris (2004, p. 735), o “parâmetro ‘circunstancial’ de comunicação humana [...] tem sido escandalosamente negligenciado na história da linguística ocidental. Com isso, as propriedades essenciais da língua como uma atividade dos seres humanos baseada no físico, biológica, socialmente e culturalmente coorientada, foram apresentadas em grande medida como marginais”.

ECO-REBEL

Por um lado, poder-se-ia dizer da linguística o que tem sido dito da biologia: “Na prática, a maioria das pesquisas atuais [...] não visam a resolver problemas fundamentais, mas a acumular mais detalhes factuais; infelizmente, isso pode obnubilar o conhecimento tanto quanto fazê-lo avançar” (CORNISH–BOWDEN et al., 2004, p. 715). Por outro lado, os cientistas da linguagem estão paulatinamente se apercebendo de que até recentemente a linguística tem estado ocupada não tanto com o estudo da língua como um fenômeno natural, mas com um certo conjunto de construtos teóricos forjados com base em um conjunto de pressupostos e premissas não validadas intuitiva e empiricamente. A consequência é que, em vez de ser estudo da língua como um tipo de atividade cognitiva padronizada, caracterizada por uma dinâmica complexa, a linguística tem se tornado o estudo de modelos teóricos e arcabouços conceptuais, a maioria dos quais, de uma forma ou de outra, se apoia firmemente nos axiomas do pensamento ortodoxo sobre a língua, representados em enciclopédias, dicionários, textos para escolas, faculdades e quejandos. Uma vez que dentro do paradigma tradicional a essência empírica da língua natural é eludida, uma definição clara do projeto ideal da linguística como ciência permanece, para falar a verdade, não especificado: qual é o objetivo final que a ciência linguística se propõe atingir que, de fato, faça da linguística uma ciência? Três questões estão envolvidas aqui, quais sejam, *O que é língua? O que a língua faz por nós? e Como ela o faz?* Dependendo de como definamos a primeira, podemos estar próximos ou distantes de respostas esclarecedoras sobre as outras duas.

Procurando responder essas perguntas, a linguística ortodoxa constrói seu “grande palácio” sobre os seguintes pressupostos aparentemente óbvios, mas, a despeito disso, intuitivos sobre língua e cognição que, explícita ou implicitamente, implicam que os seres humanos são sistemas entrada-saída (*input-output*):

1. A língua é algo “lá fora”, no mundo real, e uma instância importante no desenvolvimento de cada indivíduo humano é a “aquisição” da língua.
2. A língua é um sistema de signos (ou código) materiais em que cada forma-signo exprime algum sentido (ou um conjunto de significados relacionados) associado a ela.
3. Os signos linguísticos representam objetos e coisas na mente que existem independentemente no mundo real bem como nossos pensamentos sobre esses objetos.

ECO-REBEL

4. Os significados dos signos linguísticos são dados antecipadamente e podem ser identificados e descritos como invariantes abstratos utilizados pelas pessoas na comunicação.

5. Uma vez que o conhecimento é o reflexo de aspectos da realidade na mente, aspectos que, por sua vez, são representados por signos linguísticos, a língua é um sistema simbólico para representação do conhecimento.

6. A função da língua é transferir significados (pensamentos ou conteúdo mental) de uma cabeça para a outra, isto é, “telementação”.

7. A transferência de pensamentos por meio da língua é a base da comunicação humana.

8. A comunicação é troca de informação (conhecimento) entre o emissor e o receptor; o sistema de signos linguísticos é o conduto para essa troca.

Esses pressupostos básicos subjazem a proposições específicas sobre objetos de estudos particulares que caracterizam abordagens a partir de vários campos linguísticos – tais como *semiótica linguística* (pressupostos 2 e 3), *semântica* e *pragmática linguística* (pressupostos 4-6), *linguística computacional* (pressupostos 2-6), e *estudos de comunicação e de discurso* (pressupostos 6-8). Várias teorias desenvolvidas no contexto de disciplinas linguísticas específicas na ciência ortodoxa trazem o “sinal de nascença” desses pressupostos axiomáticos iniciais e revelam inequivocamente sua fundamentação metodológica, o *dualismo cartesiano*. A linguística ortodoxa é permeada de dualismo de ponta a ponta e, não obstante suas fugazes obsessões com uma outra tendência metodológica nos últimos cem anos, tem demonstrado uma tenacidade notável em apoiar os dois pressupostos dualísticos sobre a língua e a comunicação como uma de suas pedras angulares:

(1) A língua é um código e sua função é de representação,

(2) Comunicação é telementação.

A linguística vive dessas metáforas, deixando de perceber que elas não passam de mitos.

2. Assumindo uma posição holística

No que tange à ontologia da língua, há uma situação curiosa na linguística contemporânea. Por um lado, o termo “natural” aplicado à linguagem humana é lugar comum. Por outro lado, é praticamente impossível citar um exemplo de uma única obra sequer que tenha tratado a língua como objeto ou fenômeno *natural* (empírico). É claro que há boas razões para isso, uma vez que

ECO-REBEL

essa abordagem implicaria assumir uma posição holística, isto é, exigiria que olhássemos para a língua como um todo, não um amontoado de diferentes traços funcionais (no sentido estrito do termo) tratados formalmente nos domínios da sintaxe, da semântica ou da pragmática.

Por falar em interpretação como uma tarefa holística, Putnam (1983, p. 149ss.) faz a seguinte observação:

Interpretar a língua ... implica encontrar um esquema de tradução, uma ‘hipótese analítica’, capaz de ser aprendida, capaz de prover equivalentes prontos em nossa própria língua para as expressões que estão sendo traduzidas e, o que é mais importante, que é de tal modo que quando interpretamos os falantes de uma língua estrangeira como significando o que o esquema de tradução diz que significam somos capazes de “entender” os objetivos, as crenças, o comportamento. <...>. Se isso está certo, então os únicos critérios que efetivamente temos para o ‘conteúdo’ dos signos, ou algo análogo aos signos, são nossos critérios intuitivos de interpretação bem-sucedida. *Formalizar* isso envolveria formalizar toda nossa concepção do que seja ser humano, do que seja ser inteligível em termos humanos.

Em outras palavras, uma abordagem holística da língua é impossível sem uma concepção filosófica coerente de língua como um traço da espécie *homo sapiens* vista empiricamente, isto é, como um organismo no mundo fenomênico.

Se enfatizarmos o aspecto simbólico da língua como um sistema de signos “usado para representar e processar o conhecimento”, o foco da atenção muda para o estudo de relações intrassistêmicas entre diferentes tipos de signos e estruturas para representar o conhecimento (seja lá quais forem), com controvérsias inevitáveis sobre a natureza e o caráter das categorias, dos conceitos, das representações etc. O significado neste caso é entendido como informação, tendo as estruturas linguísticas como seu veículo. Assim, a teoria do significado desenvolvida neste arcabouço é fortemente sobrecarregada de formalizações lógicas com o objetivo de prover um modelo teórico para a semântica (por oposição a empírico) explicitamente bem definido, governado por conjuntos de regras que, de acordo com Chomsky (1986), no final das contas constitui a assim chamada *língua-I* como uma propriedade do cérebro de base biológica.

Se, pelo contrário, enfatizarmos as propriedades interacionais da língua como uma atividade orientacional que consiste em fazer escolhas continuamente a partir de um leque de possibilidades

ECO-REBEL

amplo e instável, de modo não governado por regras, mas dirigido por princípios e estratégias flexíveis, é normal perguntar como a comunicação ainda é possível, especialmente se concordamos com a tese de que o significado de um signo linguístico neste caso não passa de seu uso sujeito a regras (ver VERSCHUEREN, 1999). Portanto, não é nada demais concordar com Dirven & Verspoor (1998, p. 14) em que “uma visão mais abrangente da língua como um sistema de signos precisa incluir o ‘conceptualizador’ humano” e o mundo como é experienciado por ele”.

A partir mais ou menos da última década tem ficado evidente que há uma necessidade premente de que as ciências da língua direcionem seus esforços no sentido de formular um arcabouço mais realístico para o estudo da língua natural como um fenômeno cognitivo. Aceitando que a língua como um comportamento humano duplamente coordenado como o mais apropriado, analisado e descrito em termos biológicos, isto é, como uma espécie de atividade adaptativa que envolve interações em um domínio linguístico constituído pela dinâmica complexa do comportamento comunicativo em tempo e espaço real, um tal arcabouço deveria integrar várias disciplinas que tratem de diversos aspectos da língua, mas, acima de tudo, deveria juntar linguística, semiótica e biologia, partindo de uma fundamentação epistemológica comum (KRAVCHENKO, 2007a).

Recentemente tem havido muita crítica aos pressupostos fundamentais da linguística ortodoxa e à ciência cognitiva da moda (LAMB, 2004; LOVE, 2004; MILLIKAN, 2005, *inter alia*). O cognitivismo como originalmente concebido pelos “pais fundadores” no alvorecer da era do computador, postula que alguns comportamentos (p. ex., a língua) podem ser explicados apenas por meio de “processos cognitivos internos”. Os processos internos consistem em representações mentais de informação e de um conjunto finito de regras que os põe em operação (ECKARDT, 1993). Pela interpretação internalista da cognição, os processos cognitivos ocorrem por dentro da pele (HARNAD, DROOR, 2006: para uma crítica, ver KRAVCHENKO, 2007b). Aceitando a interpretação internalista da mente e da língua, a ciência cognitiva de primeira geração não percebe a importante consequência metodológica da separação de língua e mente do assim chamado mundo físico “externo”. Como Rosch (1999, P. 75) mostrou, “a mente e o mundo ocorrem juntos em uma sucessão de situações que de algum modo são regulares e predizíveis e, como salientado por McGee (2005, p. 22), “resultados experimentais desafiam algumas noções sobre a existência de uma realidade objetiva, atemporal” (ver também MATURANA, 1978; IMOTO, 2004).

ECO-REBEL

No paradigma cognitivo, a linguística como estudo da língua tenta responder à pergunta sobre a natureza das relações entre língua e mente (cérebro). Entretanto, vista desta perspectiva, a pesquisa cognitivista fica em grande parte desorganizada no sentido de uma integração sinérgica com as várias disciplinas que estudam a mente e o cérebro, com o que o papel da língua como uma capacidade cognitiva dos seres humanos não é percebido e a “verdadeira ciência da língua” não emerge. É por isso que a sugestão a seguir parece justificável:

A língua deve ser investigada não tanto como um exercício interdisciplinar, mas, ao contrário, como uma única empreitada que incorpora abordagens teóricas e metodológicas tanto *através* como *dentro de* disciplinas, incluindo-se a neurociência, a psicologia e a linguística teórica (WALENSKI; ULLMAN, 2005, p. 328).

Mesmo assim, é preciso haver cautela ao juntar abordagens teóricas em neurociência e psicologia, por um lado, e linguística, por outro lado. Enquanto que a natureza intrinsecamente biológica das duas primeiras tem sido tida por certa, a última parece ter tido muito pouco em comum com a ciência biológica, pelo menos como nas escolas de pensamento do século XX, exceto, é claro, a asserção gerativista de que a língua é um “órgão mental”. É claro que o que os gerativistas dizem sobre a faculdade da linguagem como um dom genético dos humanos pode, no final das contas, não ser tão verdadeiro como pensam. E mais, é impossível deixar de ser cético sobre suas asserções – que Postal (2004) descreve como “longe da verdade” – de que a gramática gerativa estuda biologia supondo que a língua é um “órgão mental”. Como Everett (2005, p. 160ss.) comenta em sua crítica ao livro *The language organ* TLO) de Anderson & Lightfoot,

[Se] Anderson & Lightfoot estão certos, Chomsky merece o Prêmio Nobel em medicina por reabrir sozinho a aparentemente moribunda ciência da anatomia e descobrir um órgão no corpo humano que tem sido ignorado nos estudos sobre ele. É claro que o órgão da linguagem é surpreendente pelo simples fato de não poder ser realmente visto. O que queriam dizer com um órgão invisível, poderíamos perguntar?

Surpreendentemente, a natureza deste “órgão da linguagem” nunca foi revelada em TLO.

ECO-REBEL

É isso que se espera se a “perspectiva biológica” da língua defendida pelos internalistas não consegue ir além da conformação anatômica e fisiológica dos humanos. Procurando por “órgãos mentais” dentro do cérebro, que em si já é um órgão integrado no sistema nervoso, cuja função é controlar diferentes aspectos do funcionamento do organismo vivo, é uma empresa dificilmente gratificante. No que tange à língua como comportamento específico da espécie humana (“comunicação”), assumir uma posição biológica é igual a vê-la como um tipo de atividade cognitiva com *uma função biológica distinta*. Aqui, o foco deve estar não tanto na noção estreita de função como uma atividade específica atribuída a um órgão particular como na análise anatômica do corpo de um organismo, mas, antes, na ideia lata de função como um *traço específico do organismo vivo como um todo*. Na teoria biológica da cognição proposta por Maturana (1970), os sistemas vivos são unidades de interações que existem em um meio ambiente; eles são caracterizados por uma organização circular, e essa organização circular produz um sistema homeostático cuja função é produzir e sustentar a circularidade da organização. Porém, a implementação desta função depende dos *componentes* que a determinam e cuja produção contínua é sustentada para a organização circular. Todos os traços específicos de vários tipos de organismos se sobrepõem e suportam esta circularidade fundamental *sustentando sua continuidade ininterrupta em sequências de interações com o meio em constante mudança*. Assim, se realmente desejamos assumir uma postura biológica sobre a língua, devemos perguntar a nós mesmos: “Qual é o papel da língua na manutenção da continuidade ininterrupta do organismo humano em suas sequências de interações com o meio em constante mudança”?

Em biologia, quanto mais complexo for o nível em que tentamos entender o organismo vivo, maior é a necessidade de examinar a rede de interações que jaz por trás do genoma (CORNISH-BOWDEN; CÁRDENAS, 2001). Como ressaltado por Cornish-Bowden et al. (2004, p. 716), “o fato de que uma complexa rede de interações conecta genes a fenótipos enfatiza a ideia de que só pela compreensão do todo podemos compreender a função das partes”. Mesmo assim, na linguística teórica, como o estruturalismo ou o gerativismo, há uma profunda falta de entendimento da língua como um todo, e a pergunta “Para que serve a língua?” não parece ser uma prioridade.

Morris (1938, p. 32) foi um dos primeiros a sugerir que, para os seres humanos languageadores “a resposta a coisas pelo intermédio de signos é biologicamente uma continuação do mesmo processo em que os sentidos de distância têm precedência sobre os sentidos de contato no controle da

ECO-REBEL

conduta das formas animais superiores”. Por isso, ele tratou da função biológica da linguagem como “controle da conduta” quando o “processo de tomar conhecimento de um ambiente cada vez mais distante é simplesmente continuado nos complexos processos de semiose possibilitados pela linguagem, de modo que o objeto de conhecimento não precisa mais estar perceptualmente presente” (*ibidem*). Como já argumentei em outro lugar (KRAVCHENKO, 2006), os avanços alcançados pela ciência contemporânea no estudo da semiose têm sido facilitados pelo entendimento de que a vida é, essencialmente, um processo semiótico. A teoria do significado de Slatav o define como a relação entre um *organismo* e seu *ambiente*, determinado pelo *valor* que aspectos particulares do ambiente têm para o organismo. As categorias a que esses aspectos do ambiente pertencem são aspectos físicos, percebidos via *sistemas de valor inatos*, e aspectos culturais avaliados com base em *sistemas de valor convencionais* que consistem (predominantemente) de *signos*. Ambos *sistemas de valor* servem como *sistemas de controle*, direcionando e avaliando o comportamento do organismo e sua adaptação. Sem levar em conta a realidade desses dois sistemas que, no caso de seres humanos languageadores, estão integrados com base na relação de causalidade recíproca entre eles, como resultado da história de acoplamentos estruturais ontogenéticos finos entre um organismo e o meio. Por outras palavras, sem assumir uma *abordagem integracionista* da linguagem como um fenômeno bio-cultural que suporta a “circularidade fundamental da organização do sistema vivo mantendo sua continuidade ininterrupta em sequências de interações com o meio constantemente em mudança”, sem isso, repetamos, a esperança de ver uma “verdadeira ciência da linguagem” emergir será fútil.

Aproximadamente durante os últimos quinze anos, apareceram novas ideologias e abordagens no seio da ciência cognitiva, como ‘a mente incorporada’ (*the embodied mind*) (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991) e sua ‘mente estendida’ (*next-of-skin*) (CLARK, 1997), o *construtivismo radical* (GLASERSFELD, 1995), o *dialogismo* (LINELL, 1998), o *integracionismo* (HARRIS, 1996; COWLEY, 2002), o a *cognição/língua distribuída* (COWLEY, 2004; CANGELOSI, 2007), para mencionar apenas uns poucos. Sejam lá quais forem as diferenças em posições assumidas em cada arcabouço teórico particular, todas elas compartilham o óbvio, isto é, a natureza holística ou bio-cultural da língua e da cognição. Assim, o biologismo (no sentido mais amplo) parece ser uma nova ideologia geral com um forte apelo aos cientistas cognitivistas⁴. Isso levanta a questão sobre novos fundamentos epistemológicos para a ciência cognitiva, uma vez que a filosofia cartesiana parece estar gritantemente de mal com a abordagem

ECO-REBEL

biológica, com o que impede qualquer discussão significativa sobre o vasto material empírico acumulado durante anos pela pesquisa cognitiva. Como já foi comentado em outro lugar (KRAVCHENKO, 2003), esses fundamentos foram estabelecidos pela teoria biológica da cognição ou *autopoiese* (MATURANA; VARELA, 1980). A epistemologia da autopoiese nos permite superar imperfeições da filosofia tradicional da mente e da linguagem baseada na lógica cartesiana com sua distinção ontológica ente mente e corpo.

Conclusão

A mudança “tectônica” na ciência cognitiva atual – e, particularmente na linguística cognitiva (ver KRAVCHENKO, 2006) –, indica que é chegado o tempo de integrar pesquisa linguística com epistemologia autopoietica (KRAVCHENKO, 2002a). Essa integração pode levar a um conhecimento mais profundo sobre a natureza da linguagem e sua função, relacionando-a à função adaptativa dos humanos no domínio das interações cognitivas/linguísticas com o meio ambiente. Embora os princípios teóricos da abordagem autopoietica ainda não tenham conseguido reconhecimento notável nos círculos linguísticos, especialmente na linguística cognitiva como um paradigma modelar para o estudo da língua, o potencial inquestionavelmente vasto da autopoiese lhe dá um baluarte metodológico no esforço para encontrar soluções para as principais questões linguísticas que não têm encontrado explicação mais ou menos consistente e/ou abrangente no arcabouço do paradigma tradicional. É o caso da relação língua/mente e aquisição da língua (MATURANA; MPODOZIS; LETELIER, 1995; COWLEY, 2004; KRAVCHENKO, *a sair*), semiose linguística (KRAVCHENKO 2003), semântica (KRAVCHENKO, 2002b, 2002c, 2004), pragmática (KRAVCHENKO, 2001) e a natureza da sintaxe (KRAVCHENKO, 2005, 2008).

Notas

1 *Teoria, poiesis e práxis* eram três atividades humanas básicas distinguidas por Aristóteles: *práxis* é essencialmente uma atividade social, comunicativa de sujeitos livres, no que se distingue da produção (*poiesis*) e do conhecimento (*theoria*) (cf. OLESKY, 2002).

2 Há, no entanto, outra concepção: a de que a criança não aprende sua primeira língua inconscientemente e sem ajuda (ver SLATEV 2008).

ECO-REBEL

3 Para uma discussão relevante, ver, por exemplo, Itkonen (1978, 2003), que tem argumentado no sentido de que a essência da linguística não é ser “uma ciência empírica” *stricto sensu*, uma vez que ela se baseia na explicação das intuições dos falantes (nativos), não na observação de eventos espaço-temporais.

4 É claro que nem todo mundo concorda com isso. Por exemplo, Itkonen (1999) defende o funcionalismo, mas rejeita categoricamente o biologismo, embora me pareça não muito claro como podemos falar de linguística funcional sem tocar no tópico função da linguagem como uma característica biológica específica da espécie *homo sapiens*.

Referências

ANDERSON, S.R.; LIGHTFOOT, D.W. *The language organ: Linguistics as cognitive physiology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BOECKX, C.; PIATTELLI-PALMARINI, M. Language as a natural object – linguistics as a natural science. *The Linguistic Review* 22, 2005, p. 447-466.

CANGELOSI, A. Adaptive agent modeling of distributed language: investigations on the effects of cultural variation and internal action representations. *Language Sciences* 29, 2007, p. 633-649.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language*. New York: Praeger, 1986.

CLARK, A. *Being there: Putting brain, body and world together again*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

CORNISH-BOWDEN, A.; CÁRDENAS, M.L. Complex networks of interactions connect genes to phenotypes. *Trends in Biochemical Science* 26, 2001, p. 463–465.

CORNISH-BOWDEN, A.; CÁRDENAS, M.L.; LETELIER, J.-C.; SOTO-ANDRADE, J.; ABARZÚA, F.G. Understanding the parts in terms of the whole. *Biology of the Cell* 96 2004, p. 713–717.

COWLEY, S. Why brains matter: an integrational perspective on the Symbolic Species. *Language Sciences* 24, 2002, p. 73-95.

_____. Contextualizing bodies: human infants and distributed cognition. *Language Sciences* 26, 2004, p. 565-591.

DEVITT, M.; STERELNY, K. *Language and reality*. An introduction to the philosophy of language, Second edition. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999.

DIJK, T. van. Introduction: discourse, interaction and cognition. *Dis-course Studies* 81, 2006, p. 5-7.

DIRVEN, R.; VERSPOOR, M. (Eds.). *Cognitive exploration of language and linguistics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1998.

ECKARDT, B. von. 1993. *What is cognitive science?* Cambridge, MA: The MIT Press.

ECO-REBEL

Everett, D.L. Biology and language: a consideration of alternatives. *Journal of Linguistics* 41, 2005, p. 157–175.

GLASERSFELD, E. von. *Radical constructivism: A way of knowing and learning*. London: Falmer Press, 1995.

HARNAD, S.; DROR, I. *Distributed cognition*: Special issue of *Pragmatics and Cognition* v. 14, n. 2, 2006, p. 209-213.

HARRIS, R. *Signs, language and communication: Integrational and segregational approaches*. London and New York: Routledge, 1996.

_____. Integrationism, language, mind and world. *Language Sciences* 26, 2004, p. 727-739

_____. *The semantics of science*. Continuum International Publishing Group Ltd., 2005.

IMOTO, S. The philosophical nature of Maturana's theory of perception. *Cybernetics and Human Knowing* v. 11, n. 2, 2004, p. 12-20.

ITKONEN, E. *Grammatical theory and metascience*. Amsterdam: Benjamins, 1978.

_____. Functionalism yes, biologism no. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft* v. 18, n. 2, 1999, p. 219-221.

_____. *What is language? A study in the philosophy of linguistics*. University of Turku: Publications in General Linguistics 8, 2003.

JACKENDOFF, R. *Patterns in the mind: Language and human nature*. New York: Basic Books, 1994.

_____. *Foundations of language*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KRAVCHENKO, A.V. Toward a bio-cognitive philosophy of language. *Perspectives: Journal for Interdisciplinary Work in the Humanities*, 1-5, 2002a. Available at: http://cogprints.org/4002/1/Cogphilosophy_Language.html

_____. A cognitive account of tense and aspect: resurrecting "dead" metaphors. *Anglophonia. French Journal of English Studies* 12, 2002b, 199

_____. The cognitive roots of gender in Russian. *Glossos* 3, 2002c. Available at: <http://www.seelrc.org/glossos/issues/3/kravchenko.pdf>

_____. *Sign, meaning, knowledge: An essay in the cognitive philosophy of language*. Frankfurt/Main: Peter Lang, 2003.

_____. A new cognitive framework for Russian aspect. In: KARLSSON, F. (ed.). *Proceedings of the 20th Scandinavian Conference of Linguistics*. Helsinki: University of Helsinki, Department of General Linguistics, Publications no. 36, 2004. Available at:

<http://www.ling.helsinki.fi/kielitiede/20scl/Kravchenko.pdf>

ECO-REBEL

_____. Complex sentence as a structure for representing knowledge. In: TUREWICZ, K. (ed.). *Cognitive linguistics – a user friendly approach* 49-63. Szczecin, 2005.

_____. Cognitive linguistics, biology of cognition, and biosemiotics: bridging the gaps. *Language Sciences* v. 28, n. 1, 2006, p. 51-75.

_____. Essential properties of language, or why language is not a code. *Language Sciences* 29(5), 2007a, p. 650-671.

_____. Whence the autonomy? A reply to Harnad and Dror. *Pragmatics and Cognition* v. 15, n. 3, 2007b, p. 587-597.

_____. Everything said is said by an observer! the cognitive distinction between the infinitive/participle clausal arguments. In J.-R. Lapaire, G. Desagulier and J.-B. Guignard (eds.), *From gram to mind: Grammar as cognition*, PUB- Presses Universitaires de Bordeaux. v. 1, 2008, p. 287-304.

_____. Language and mind: A bio-cognitive view. *Proceedings of the 22nd Scandinavian Conference of Linguistics*, to appear. Aalborg, Denmark.

LAMB, S. *Language and reality*. London/New York: Continuum, 2004.

LINELL, P. *Approaching dialogue: Talk, interaction and contexts in dialogical perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.

LOVE, N. Cognition and the language myth. *Language Sciences* 26, 2004, p. 525-544.

MATURANA, H. R. *Biology of cognition*. BCL Report # 9.0. Urbana: University of Illinois, 1970.

_____. Biology of language: The epistemology of reality. In: MILLER, G.; LENNEBERG, E. (eds.). *Psychology and biology of language and thought*. New York: Academic Press, 1978, p. 28-62.

MATURANA, H.; VARELA, F. *Autopoiesis and cognition: The realization of the living*. Boston: D. Reidel, 1980.

MATURANA, H.; MPODOZIS, J.; LETELIER, J.C. Brain, language, and the origin of human mental functions. *Biological Research* 28, 1995, p. 15-26.

McGEE, K. Enactive cognitive science. Part 1: Background and research themes. *Constructivist Foundations* 1, 2005, p. 19-34.

MILLIKAN, R.G. *Language: A biological model*. Oxford: Clarendon Press, 2005.

MORRIS, C.W. Foundations of the theory of signs. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C.W. (eds.), *International Encyclopedia of Unified Science, Vol. 1, Part 2*. Chicago, 1938.

OLEKSY, M. Cognition, language, and praxis: Is cognitive linguistics on the verge of the practical turn? In: LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, B.; TUREWICZ, K. (eds.), *Cognitive linguistics today*. Frankfurt/Main: Peter Lang, 2002, p. 55-64.

ECO-REBEL

PUTNAM, H. *Philosophical papers*. Vol. 3: *Realism and reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

POSTAL, P.M. *Skeptical linguistic essays*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

PYLYSHYN, Z. What's in your mind? In: LEPORE, E.; PYLYSHYN, Z. (eds.), *What is cognitive science?* London: Blackwell, 1999, p. 1-25.

REDDY, M. The conduit metaphor. In A. Arthony (ed.) *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 284-324.

ROSCH, E. Reclaiming concepts. In: NÚÑEZ, R.; FREEMAN, W. J. (eds.), *Reclaiming cognition: The primacy of action, intention, and emotion*. Thorverton, UK: Imprint Academic, 1999, p. 61-77.

THIBAUT, P.J. The dialogical integration of the brain in social semiosis: Edelman and the case for downward causation. *Mind, Culture and Activity* 7, 2000, p. 291-311.

VARELA, F. J.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991.

VERSCHUEREN, J. *Understanding pragmatics*. London: Arnold, 1999.

WALENSKI, M.; ULLMAN, M.T. The science of language. *The Linguistic Review* 22, 2005, p. 327-346.

YATES, F. A. *John Florio: The life of an Italian in Shakespeare's England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1934.

ZLATEV, J. Meaning = life (+ culture): An outline of a unified biocultural theory of meaning. *Evolution of Communication* 4, 2003, p. 253-296.

_____. The dependence of language on consciousness. *Journal of Consciousness Studies* v. 15, 2008, n. 6, p. 34-62.

Traduzido do inglês por Márcio M. G. Silva.

Aceito em 20/12/2019.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 6, N. 1, 2020.